



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO ADMINISTRATIVO - NAD/SELOG/SR/PF/MS

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16890408/2020-NAD/SELOG/SR/PF/MS

Processo nº 08335.007756/2020-61

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de colchões de solteiro para suprir as necessidades da Superintendência da Polícia Federal do Estado do Mato Grosso do Sul, suas unidades subordinadas e Hospital Militar de Área de Campo Grande-MS (como Órgão Participante), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento, conforme Anexo I, deste termo de referência.

1.2. Legislação e Normas a serem observadas:

- **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002** (Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências);
- **Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; alteram dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999);
- **Lei nº 8.078 de 11 de novembro de 1990** (Código de Defesa do Consumidor);
- **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981** (Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências), alterada pela **Lei 10.165, de 27 de dezembro de 2000** (Altera a **Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981**), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. [TCFA] e **Lei nº 7.804 de 18 de julho de 1989** (Altera a **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989**, a **Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980**, e dá outras providências).
- **Decretos nº 8.538, de 06 de outubro de 2015** (regula o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Agricultores Familiares, Produtores Rurais (pessoa física), Microempreendedores Individuais e Sociedades Cooperativas de consumo nas contratações públicas), alterada pelo **Decreto nº 10.273 de 13 de março de 2020, nº 3.784, de 06 de abril de 2001** (promove a inclusão de itens de bens de consumo e de serviços comuns na classificação a que se refere o Anexo II, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000), **nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013** (regulamenta o Sistema Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666/93), **nº 5.450, de 31 de maio de 2005** (regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências), **nº 3.555, de 08 de agosto de 2000** (aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns) e **nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013** (regulamenta o sistema de Registro de preços previsto no art. 15 da Lei 8.666/93); e
- Subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, pela **Instrução Normativa nº 02**, de 11 de outubro de 2010, alterada pela **Instrução Normativa nº 01**, de 10 de fevereiro de 2012, **Instrução Normativa nº 05/2012**, de 18 de junho de 2012, **Instrução Normativa nº 04**, de 15 de outubro de 2013 e demais legislações pertinentes e, ainda, no presente Termo de Referência e seus anexos.
- **Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020** (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional).
- **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010** (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências).

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E VALORES DE REFERÊNCIA- ÓRGÃO GERENCIADOR

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade medida	Requisição mínima 20%	Requisição máxima	Quantidade total licitada	Valor máximo aceitável	Valor total	Exclusivo para ME/EPP
1	Colchão de solteiro hospitalar, com revestimento em napa, cor azul. Especificações: Densidade da espuma: D-33 selada Inmetro, Placa de espuma 100% poliuretano, Deverá possuir tratamento antiácario, antifungos e antimoho, antialérgico, Suportar no mínimo 100 Kg. Tamanho: largura externa: 88 cm, profundidade externa: 188 cm e altura externa mínima: 12 cm, Selo do de qualidade do Inmetro, Ecologicamente correto, Revestimento: em napa (hospitalar) impermeável, cor azul, com respiros laterais, costura vulcanizada e abertura lateral com zíper. Garantia mínima: 01 (um) ano. Observação: embalado em saco plástico resistente na entrega.	UNID.	12	60	60	378,93	22735,80	MS
Valor total							22735,80	

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE-MS - UG 160143

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade medida	Requisição mínima 20%	Requisição máxima	Quantidade total licitada	Valor máximo aceitável	Valor total	Exclusivo para ME/EPP
2	Colchão de solteiro hospitalar, com revestimento em napa, cor azul. Especificações: Densidade da espuma: D-33 selada Inmetro, Placa de espuma 100% poliuretano, Deverá possuir tratamento antiácario, antifungos e antimoho, antialérgico, Suportar no mínimo 100 Kg. Tamanho: largura externa: 88 cm, profundidade externa: 188 cm e altura externa mínima: 12 cm, Selo do de qualidade do Inmetro, Ecologicamente correto, Revestimento: em napa (hospitalar) impermeável, cor azul, com respiros laterais, costura vulcanizada e abertura lateral com zíper. Garantia mínima: 01 (um) ano. Observação: embalado em saco plástico resistente na entrega.	UNID.	16	80	80	378,93	30314,40	MS
Valor total							30314,40	

1.3. A presente licitação deverá ser destinada **exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** (Art. 47 e Art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006).

1.4. Foi divulgada a intenção de registro de preços, conforme preconiza o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a qual apenas interessou ao Hospital Militar de Área de Campo Grande-MS, UG 160143, na quantidade de 80 unidades, valor total inicial previsto R\$ 30.314,40 (trinta mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos).

1.5. No caso de adesão de outros órgãos não participantes a este processo licitatório, Art. 22, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, decidiu esta administração pela autorização de todos os itens deste procedimento licitatório, dentro do quantitativo previsto no Art. 22, § 3º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013. A presente decisão justifica-se pelo fato dos materiais, objetos da presente licitação, serem utilizados pela grande maioria dos órgãos e entidades da Administração Pública, que poderão dentro das quantidades e limites legais utilizarem o presente procedimento para suas aquisições. Por tratar-se de procedimento simples, o controle e autorização de adesão de órgãos não participantes ao pregão não demanda uma grande quantidade de servidores para sua concretização, sendo possível o gerenciamento adequado por parte desta Unidade Gestora.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição em questão visa à substituição dos colchões das carceragens da Superintendência da Polícia Federal e suas unidades descentralizadas (Delegacias das cidades de Três Lagoas, Ponta Porã, Dourados, Corumbá e Naviraí), que se encontram desgastados ou com data de validade vencida. Os produtos e respectivos quantitativos foram estimados com base na quantidade de colchões que necessitam ser substituídos na Superintendência regional do estado do Mato Grosso do Sul e suas unidades descentralizadas.

2.2. Para o início deste procedimento administrativo, houve a solicitação inicial por parte da Delegacia de Polícia Federal de Corumbá-MS, para compra de novos colchões e substituição dos que se encontram desgastados (processo SEI 08336.000548/2020-21-Ofício 17 (documento 14545997). Diante do pedido

da Delegacia de Polícia Federal de Corumbá-MS, essa administração resolveu adquirir colchões de solteiro para todas as carceragens da Superintendência regional do estado do Mato Grosso do Sul e suas unidades subordinadas do interior, para que não houvesse a necessidade de novo procedimento de compra do mesmo material no ano de 2020 e 2021.

2.3 Em fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais, o atendimento da presente demanda deve ocorrer através de realização de procedimento licitatório, valendo-se do Sistema de Registro de Preços, em virtude do enquadramento da presente necessidade nos requisitos fundamentais para utilização daquele sistema, a saber:

a) Possibilidade de entrega parcelada (Art. 3º, inciso II, do Decreto 7.892/2013).

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de contratação de empresa para fornecimento de **colchões para suprir as necessidades da Superintendência da Polícia Federal do Estado do Mato Grosso do Sul, suas unidades subordinadas e Hospital Militar de Área de Campo Grande-MS (como Órgão Participante)**, materiais cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado e que se enquadram na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, **com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

Núcleo Administrativo (NAD/SELOG/SR/MS)

Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 – Vila Sobrinho.

CEP: 79110-503 - Campo Grande - MS.

4.2. Com relação ao Hospital Militar de Área de Campo Grande foi indicado o seguinte endereço para entrega:

Hospital Militar de Área de Campo Grande

Avenida Duque de Caxias, nº 474 – Bairro Amambai.

CEP: 79100-400 - Campo Grande - MS.

4.3. O pedido mínimo, realizado pelo Gerente da Ata de Registro de Preço, será de 20% da quantidade total prevista para cada item.

4.4. A estimativa de pedido mínimo de 20 % foi tomada com base nas expectativas de consumo da SR/MS durante a validade da ata, tendo em vista o melhor aproveitamento dos espaços dos almoxarifados, a renovação do estoque, e melhor controle.

4.5. Os materiais deverão ser entregues com garantia mínima de **01 (um) ano**, contados a partir do recebimento pela Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

4.6. No ato da entrega, o recebimento do material será realizado: provisoriamente, para efeito de verificação dos itens e quantidades; definitivamente, dentro do prazo máximo de **20 (vinte) dias contados a partir do recebimento provisório**, para efeito da verificação da conformidade dos componentes com as descrições constantes no “Anexo I” deste Termo de Referência e da proposta da empresa fornecedora, após verificação da qualidade/quantidade, mediante atesto da nota fiscal.

4.7. Os materiais deverão ser entregues acompanhados das respectivas notas fiscais/faturas. **Deverão constar obrigatoriamente na Nota Fiscal, sob pena de não recebimento do material no Almoxarifado, a marca do(s) produto(s) entregue(s), que será igual à marca do(s) material(is) registrados na ata do pregão.**

4.8. Sem prejuízo do recebimento definitivo, caso os materiais, no momento da utilização e nos períodos de validade ou garantia vigentes, apresentem quaisquer defeitos, a empresa fornecedora deverá obrigatoriamente substituí-lo por outro em total conformidade ao solicitado e de acordo com a proposta originalmente apresentada, dentro do **prazo de 10 (dez) dias corridos do recebimento da comunicação oficial da Administração**, sob pena de incorrer em ato que justifique sanção administrativa.

4.9. O material adquirido será recebido pelo NAD/SR/MS e poderá ser submetido ao Setor técnico Científico-SETEC desta Regional para perícia e comprovação de que os mesmos atendem as exigências editalícias.

4.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 4.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DOS MATERIAIS:

5.1 As especificações técnicas e descrições dos materiais a serem fornecidos, as quantidades e os valores estabelecidos como máximos admitidos pela Administração (art. 40, inciso X da Lei N. 8.666/93) estão descritos no **ANEXO I (Especificação do Objeto e Valores de Referência)** deste Termo de Referência.

5.2. **A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir**, facultando-se a realização da licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.3. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT, nota de empenho e do presente Termo de Referência, prevalece estas últimas.

6. ESTIMATIVA DE PREÇO

6.1. O custo estimado total **R\$ 22.735,80 (vinte e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos)** da presente contratação é conforme planilha estimativa do “**ANEXO I – Especificação do Objeto e Valores de Referência**”.

6.2. O custo estimado total do **Órgão Participante (Hospital Militar de Área de Campo Grande- UG 160143)** é **R\$ 30.314,40 (trinta mil, trezentos e quatorze reais e quarenta centavos)**.

6.3. Os valores constantes dos materiais foram obtidos com base na média dos preços auferidos por meio de sites da internet, tendo como base a especificação do material do presente Termo de Referência. Foram desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados. (Art. 6º, da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020).

6.4. Esta UG optou em coletar os preços de referência, na sua grande maioria, em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, tendo em vista que o Art. 5º, § 1º, da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020 não proíbe a utilização dessa forma pesquisa, apenas orienta para que sejam priorizadas as formas de pesquisa dos Incisos I e II. A Opção pela coleta da maioria dos preços com base no Art. 5º, Inciso III, da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, se deve pelo fato dos preços fornecidos pelos sites especializados de venda da internet ofertar preços mais atualizados com a realidade do mercado, pois foram pesquisados com base no mês de outubro de 2020 e ainda por ser possível a coleta de preços dentro das especificações do presente Termo de Referência.

7. TIPO DE CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação pretendida se dará por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, em sessão pública a ser realizada por meio do sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal Comprasnet, sítio www.comprasnet.gov.br.

7.2. O tipo de licitação é o **MENOR PREÇO**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, tendo como vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço.

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

8.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

8.2. A comprovação do disposto no item 8.1 e seus incisos poderão ser realizados mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

9. EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS

9.1. Colchões solteiro

a) Características gerais

Espuma Densidade D-33, selada e certificada pelo inmetro;

Placa de espuma 100% poliuretano.

b) Tecido de Forração Revestimento (napa impermeável)

Deve evitar que todo tipo de substância líquida ultrapasse a superfície do colchão e danifique as propriedades internas do colchão;

Deve evitar o acúmulo e proliferação de ácaros e bactérias;

Deverá possuir respiros laterais, costura vulcanizada e abertura lateral com zíper.

c) Antiácaro, antifungo e antimofó

Deverá possuir tratamento especial contra ácaros e outras bactérias, prevenindo e evitando crises alérgicas causadas por estes agentes.

d) Sistema Double Side

Possibilidade de o colchão ser utilizado dos dois lados, garantindo uma maior durabilidade do produto.

e) Suporte de peso

Suportar no mínimo 100 Kg.

f) Certificados de qualidade

Deverá possuir certificado do Inmetro.

g) Ecologicamente correto

O produto deverá ser confeccionado com matéria prima não poluente, não tóxica, notadamente benéfica ao meio ambiente e a saúde contribuindo para o desenvolvimento de um modelo econômico e social sustentável.

9.2. Os itens deverão ser entregue em saco plástico resistente para evitar que o material seja danificado durante o manuseio e transporte;

9.3. A empresa vencedora do item, após declarada vencedora na fase de lances, deverá encaminhar via sistema o **catálogo do(s) produto(s) vencedor(s), junto com a proposta da empresa** para verificação da compatibilidade com as especificações do edital. O pregoeiro por meio do chat realizará o chamado do(s) fornecedor(s) vencedor(s) para apresentação da referida documentação;

9.4. Das amostras:

- a) Poderá ser solicitado amostra quando a proposta da licitante não sanar todas as dúvidas técnicas para a sua aprovação, no endereço especificado no item 4.1, deste Termo de Referência;
- b) O prazo para envio da amostra será de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação do pregoeiro. Caso a licitante não envie a amostra no prazo estipulado, a proposta será desclassificada.
- c) A Área Técnica procederá à análise da amostra em conformidade com as especificações constantes do presente Termo de Referência.
- d) As amostras aprovadas ficarão retidas pela Superintendência da Polícia Federal em Campo Grande - MS para comparação com o produto a ser enviado pela licitante vencedora posteriormente.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- II. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;
- V. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VI. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

I. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:

I.a. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia e validade;

I.b. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português;

II. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, no prazo de **10 (dez) dias corridos do recebimento da comunicação oficial da Administração**;

IV. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

V. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação ou, caso não seja cadastrado no SICAF, apresentar para cadastramento, que deverá ser feito pela Administração, sem ônus para o proponente, antes da contratação, a documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada.

VI. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

VII. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

VIII. Verificar junto às empresas fornecedoras/fabricantes dos materiais especificados, a disponibilidade e prazos de entrega dos mesmos, não podendo alegar posteriormente problemas de fornecimento e/ou impossibilidade de aquisição como motivos que justifiquem atrasos no fornecimento;

IX. Responder satisfatoriamente qualquer questionamento do representante da SR/MS, inerentes ao objeto da contratação;

X. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XI. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

XII. Em caso de recusa no recebimento definitivo dos materiais, objeto deste Termo de Referência, por qualquer motivo, fica a CONTRATADA responsabilizada pela retirada do material não aceito no prazo de **90 (noventa) dias** a contar da comunicação oficial desta Administração. Caso a empresa deixar de retirar o material no prazo acima especificado, a Administração poderá realizar a alienação desses bens ou destinar da melhor forma que a convir.

XIII. Atender as diretrizes contidas no Art. 4º do decreto nº 7.746/2012, bem como o disposto nos Art. 5º e 6º da IN 01/2010 SLTI/MPOG, em relação aos critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, aquisição de peças, componentes, estruturas, gases e materiais necessários ao serviço.

XIV. Comprovar, no ato da entrega do material, a origem dos bens importados e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa, conforme determina o Acórdão nº 2608/2013-plenário do TCU/DF.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67, Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. (Art. 15, §8º, Lei 8666/93).

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. O representante da administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/MS, em moeda corrente nacional, por Ordem Bancária, em **até o trigésimo (30º) dia da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura pertinente, quando do recebimento definitivo do material**, devidamente atestado pelo setor competente. Será admitido o pagamento parcial referente às mercadorias entregues até o final do exercício corrente.

15.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da

contratante.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.

15.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3. Fraudar na execução do contrato;

17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5. Cometer fraude fiscal;

17.1.6. Não manter a proposta;

17.1.7. Apresentar documentação falsa;

17.1.8. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de 10 (dez) dias corridos;

b.2. Moratória de até de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais, a partir do décimo primeiro até o vigésimo dia, calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

b.3. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Polícia Federal pelo prazo de até dois anos;

d. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

17.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

17.4.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

17.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.11. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

18. DA VIGÊNCIA DA ATA DOR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será de **12 (doze) meses**.

18.2. Na vigência da Ata de Registro de Preços a Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul não se obriga a firmar as contratações de produtos nela contidos, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Campo Grande - MS, 26 de novembro de 2020.

FABIO CRISTIANO FELIPPIN
AGENTE ADMINISTRATIVO
MATR. 19.214

APROVO ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

ADRIANO ELESBÃO CALHEIRO
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL
CHEFE SUBSTITUTO DO NAD/SELOG/SR/MS

DESPACHO

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

MARCELO CORREIA BOTELHO
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO MS



Documento assinado eletronicamente por **FABIO CRISTIANO FELIPPIN**, Agente Administrativo(a), em 26/11/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16890408** e o código CRC **2970BCA7**.



Referência: Processo nº 08335.007756/2020-61

SEI nº 16890408